

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	8871/2023
Data do Início	28/04/2023
Folha	
Rubrica	

REF: Recurso da empresa EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A - EBEC referente ao Pregão Presencial 07/2023.

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A - EBEC**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta a decisão sob o seguinte argumento, resumidamente:

- Que a empresa declarada vencedora não atendeu a qualificação técnica;
- Que foi inabilitada de forma equivocada.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

A empresa **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A – EBEC** alega que a empresa MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., declarada vencedora, teoricamente, não atendeu às normas do edital, descumprindo o item 10.C do instrumento convocatório por, supostamente, não demonstrar através do seu atestado capacidade técnica em relação ao objeto da presente licitação, sustentando ainda que o objeto deste processo licitatório é a prestação de serviços de locação de veículos, com motorista e sem combustível para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Maricá e de suas Secretarias, afirmando que o atestado da ora Recorrida abrange mão de obra totalmente diversa, não sendo serviços de natureza ou vulto compatíveis com o objeto do edital.

Desta forma, a Recorrente solicita a desclassificação da empresa consagrada vencedora e de eventuais licitantes que não sejam capazes de comprovar tal capacidade, nos moldes do edital, retomando-se o procedimento licitatório com nova análise das propostas remanescentes.

Partindo para análise, vejamos o que dispõe o subitem C.2 do item 10 do edital:

“C.2 – A Licitante deverá apresentar para comprovação da Qualificação Técnico-operacional os seguintes documentos:

C.2.1. 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante gerencia ou gerenciou serviços de natureza similar;

C.2.1.1. Os atestados deverão comprovar que a Licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços de locação de veículos com gestão de mão-de-obra, compatíveis com o objeto licitado em quantidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens, até a data da abertura da sessão pública da licitação;”

Observemos também o seguinte artigo:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.”

Conforme analisado em momento oportuno deste procedimento licitatório, os atestados apresentados pela empresa MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA foram considerados em sessão, uma vez que versavam sobre gestão de mão de obra em geral e comprova capacidade técnica suficiente para habilitação e execução dos serviços de gestão de mão de obra pela empresa.

Reafirmamos que o objeto da licitação é GESTAO DE MÃO DE OBRA, sendo necessário comprovar a capacidade de gestão, como o próprio objeto da licitação aduz, seguindo o padrão de entendimento dos Tribunais:

“9.6.1. inabilitação irregular da empresa Antonelly, em desacordo com os arts. 30 e 41 da Lei 8.666/1993, c/c item 6.1 do edital, c/c jurisprudência do TCU (Acórdãos 553/2016, 1.443/2014 e 1.214/2013, do Plenário, e 744/2015, da 2ª Câmara), uma vez que a jurisprudência desta Corte vem se firmando no sentido de que, nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de

capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra;

O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais. Acórdão TCU nº 1168/2016”

Vejamos ainda:

“(...) Logo, o conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido. Tal aptidão pode se referir a vários aspectos.

Nesse ponto, parece residir a principal discussão a ser enfrentada – que espécie de aptidão deve ser requerida para a execução de contratos de serviços de natureza continuada, em que esteja caracterizada cessão de mão de obra.

As empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não são especialistas no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

Conquanto seja muito provável que as próprias demandas da Administração tenham moldado esse comportamento das empresas, debater o tema ou a aderência do modelo à concepção ideal da terceirização de serviços não se mostra proveitoso.

O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é

realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais . É situação muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado. (ACÓRDÃO 1.214/2013 – TCU)."

Ou seja, no que concerne a serviços de natureza continuada, o Tribunal de Contas da União vem entendendo que, por se tratar de serviços de baixa complexidade, o cerne de se atestar a capacidade técnico-operacional não está atrelada na experiência da empresa que é especialista na execução do objeto da licitação em que ela figura como licitante, mas está tão somente na sua capacidade de gestão de mão de obra, independentemente de a similaridade do seguimento de atividade que ela desenvolve estar em consonância com o objeto da licitação.

Quanto a sua suposta incorreta inabilitação, vejamos.

Em análise feita pelo contador desta comissão, verifica-se na Qualificação Econômico-Financeira, conforme tópico 22 de seu recurso, a empresa EBEC cita o art. 31 da lei 8.666/93, em negrito o parágrafo 1º - **A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.**

Nesse sentido, argumenta que seria possível inserir o saldo da conta do Ativo Imobilizado como parâmetro para atingir os índices propostos no edital do certame.

No entanto, conforme previsão no edital do PP 07/2023 da presente licitação, foram analisados os índices da empresa EBEC conforme Item B – Qualificação Econômico Financeira – B.4, onde cada um tem fórmula distinta - Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

Partindo do Princípio da Isonomia e da violação do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório entre os participantes da licitação e da realidade do resultado dos índices propostos, não é possível que sem atendidas as alegações apresentadas pelo licitante onde pede-se adicionar aos cálculos da Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) o saldo da conta Ativo Imobilizado para fins de cálculo e análise. Esse entendimento estende-se ao item B.5 do edital também proveniente do recurso da Recorrente, ratificando assim, os motivos que ensejaram a inabilitação da licitante.

V – DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA se manifestou tempestivamente.

VI – CONCLUSÃO

No mérito específico das razões recursais apresentadas pela empresa **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A – EBEC**, em relação à inabilitação da recorrente na questão de Qualificação Econômico-Financeira, essa especializada opina pelo **INDEFERIMENTO**. Quanto à questão de Qualificação Técnica, esta especializada não enxerga motivos para o não aceite de atestados que versem sobre outras atividades, pois entendemos que o que deve ser demonstrado é a experiência em gestão de mão de obra. No entanto, considerando a matéria abordada pela Recorrente ser de suma importância e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 04/05/2023.

MARIA TRAVASSOS
Matr. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira